

O QUE É OUVIR?

Beto Vianna
Departamento de letras de Itabaiana – UFS
Email: btvianna@gmail.com

Gostamos de pensar que a explicação científica nos remete a uma realidade objetiva, independente do nosso papel de observador (ou de ouvinte) na configuração dessa realidade. Um afazer que parece corroborar essa certeza é o trabalho de campo, da coleta à análise dos dados. Afinal, é no mundo lá fora que percebemos a realidade, despidos de preconceitos culturais ou teóricos. Os cientistas dizem que não são tão ingênuos, que toda observação é guiada por alguma teoria. Mas a autoridade conferida à ciência repousa na correspondência privilegiada da explicação com a realidade, garantida pelo rigor do método e pela objetividade no tratamento dos dados.

Podemos criticar o fundamento epistemológico dessa certeza, e ainda reconhecer que a ciência funciona bem desse modo. E quando a tarefa é investigar modos de vida distintos, diferentes modos de explicar, corroborados por outras comunidades de observadores? Desconfio haver um problema incontornável para a objetividade científica, a crença na correspondência com a realidade, sempre que o fenômeno investigado é a cultura, a linguagem ou a cognição (de seres humanos ou não). Como linguista, vou falar apenas da linguagem, ainda que, para falar da linguagem a meu modo, eu precise fazer menção a essas outras dimensões do viver humano e de outros organismos (VIANNA, 2011).

Pense em uma língua indígena, língua falada-ouvida em uma comunidade indígena. Sabemos o que estamos ouvindo ao investigar uma língua assim? E o que é investigar uma língua indígena? Trata-se de pesquisar um código exótico, ou de escutar uma comunidade de observadores, com seu modo particular de fazer distinções na linguagem, seu próprio modo de escutar explicações?

Em nossa experiência cotidiana, sabemos que a validade de uma explicação depende de sua aceitação por um observador, alguém que escuta a explicação e que pode ou não, dependendo da própria experiência, considerá-la válida. O consenso surge na linguagem, espaço configurado e configurador de uma comunidade de observadores. Escutar aquilo que se escuta depende de um modo particular de se estar na linguagem. É aí que a objetividade pode ficar em maus lençóis: não podemos pisar fora desse espaço consensual para fazer referência ao que quer que seja!

A estratégia da linguística para contornar a circularidade de se medir a linguagem usando a linguagem, foi abstrair o linguajar humano em unidades de significante e significado (o fonema, o morfema, a frase, o texto) universalmente identificáveis, catalogáveis e comparáveis. Empresa de sucesso, como é atestado pela volumosa literatura, linhas de pesquisa, revistas especializadas, departamentos acadêmicos e encontros científicos surgidos e surgindo nos últimos cem anos, e de que este workshop é um louvável exemplo.

Acontece que nenhum significante, nenhum som, gesto ou grafismo, faz parte, de antemão, da linguagem. Para que esse som, gesto ou desenho seja linguístico, deve haver consenso, ele deve ser apontado como tal pela comunidade de observadores. Isso quer dizer que, quando observamos, catalogamos e comparamos signos linguísticos, estamos manipulando produtos da linguagem, e, não, a própria linguagem, o espaço relacional onde foram gerados esses signos.

No estudo das variedades linguísticas, costumamos tratar o espaço relacional como dado, como não analisável, e, assim, tratamos o observador como dado. Isso talvez funcione (temos a esperança de que funcione) quando investigamos culturas semelhantes à nossa. Culturas são redes de conversações, e os signos, pontos nodais dessas imbricadas redes. Coletando e analisando dados da língua, partimos do pressuposto que entendemos o “jogo de linguagem” (WITTGENSTEIN, 1987) de que o signo faz parte, seja por estarmos familiarizados com as conversações da comunidade, seja por nossa teoria e método de pesquisa, não importa quão impecáveis eles sejam, tomarem a rede de conversações como dada. Agindo assim, não deve surpreender que os signos registrados encaixem-se com perfeição no modelo proposto. Afinal, foi por isso que propusemos tal teoria e aplicamos tal método! Os dados linguísticos representam (dizemos nós) a realidade naquela comunidade de observadores, tanto quanto nossos próprios signos representam (dizemos nós) a realidade em nossa comunidade de observadores. E voltamos felizes para a academia com os preciosos dados debaixo do braço.

Novamente refletindo sobre o viver cotidiano, deparamo-nos com uma negociação de signos bem menos direta. Ouvir o outro pode ser uma tarefa árdua, às vezes impraticável. Entendemos bem as pessoas com quem mantemos longas conversas (por muitas horas, ou há vários anos) e, com outras, nem temos vontade de prosseguir o diálogo. Dizemos coisas como “tal pessoa não sabe o que está falando”, ou “ela não entende a realidade”. Se assim é dentro da nossa cultura, da rede de conversações de que participamos diariamente, imagine quando observamos outras redes. Como é possível escutar? O que é observar, ou ouvir?

Proponho pensarmos um povo particular, uma rede particular de conversações, que exige uma resposta particular para a pergunta “o que é ouvir?” e, ao mesmo tempo, pode nos ajudar a refletir sobre o papel da observação, da coleta e da análise dos dados nas explicações que nós, cientistas, escolhemos dar para os fenômenos que escolhemos estudar.

Os Kĩsêndjê falam uma língua da família Jê. Mas isso não diz tudo. Em *Por que cantam os Kĩsêndjê?*, marco nos estudos etnográficos e precursor no gênero “antropologia musical”, Anthony Seeger (2015) nos fala da música, ou canto, dos Kĩsêndjê. E isso tampouco diz tudo. Para esse povo, a voz, e principalmente a audição, são as marcas sociais por excelência, em oposição à visão e o olfato, ligados ao mundo natural (mal-traduzindo para nossas categorias). E a distinção fala-canto, tão marcada em nossa sociedade, dissolve-se em categorias ritual-discursiva-musicais de outra ordem, que perpassam a vida cotidiana, cerimonial, e os contatos e contratos sociais.

É pelo ouvido, dizem os Kĩsêndjê, que entra e repousa o conhecimento, *samba kre kãm nõ*, “deitado no pavilhão auditivo”. Não é justo chamar os Kĩsêndjê de comunidade de observadores (ver não é a operação de distinção de pleno direito), nem, como preferem os linguistas, de comunidade de falantes (pois a voz não é privilégio da fala). Os Kĩsêndjê são uma comunidade de ouvintes. Algo que podíamos levar em conta na hora de observar-ouvir sua língua. Ou qualquer outra.

Referências bibliográficas

SEEGER, Anthony. *Por que cantam os Kĩsêndjê?* São Paulo: Cosac Naify, 2015

VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. *Revista de Antropología Iberoamericana*. v. 6, n. 2, p. 135-158, 2011

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico e Investigações filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987